

BIBLIOGRAFIA

CRÍTICA

THE MODERN GOVERNMENT IN ACTION

— ERNEST S. GRIFFITH — New York —

Columbia University Press — 1942 — 91

páginas — \$1.00.

(Comentário de WILLIAM B. MUNRO,
Pasadena, Califórnia)

Este volume contém três aulas dadas no *Swarthmore College* pelo autor, que é diretor do Serviço de Referência Legislativa da Biblioteca do Congresso. Iniciando com a proposição de que as antigas categorias governamentais não mais se adaptam à presente época, o objetivo declarado do autor é “explorar a possibilidade de formular um novo grupo de categorias, mais realístico do que o antigo e, portanto, mais útil à geração atual”.

O resultado é a apresentação de um opúsculo interessante, estimulante e, muitas vezes, provocador, que recompensará amplamente o tempo que alguém consagre à sua leitura. A tese geral é, forçosamente, a de que temos desenvolvido toda sorte de novas instituições governamentais, procedimentos e relações que não podem ser agrupados nos itens de classificação de nossa tradicional terminologia política. Devemos, pois, construir uma estrutura de pensamento e linguagem para substituí-la.

O problema está em como realizar esse desideratum. O Dr. Griffith julga que não iremos muito longe se apenas idealizarmos um novo grupo de fórmulas resumidas que substituam as anteriores. Não se deixa seduzir por frases correntes, tais como economia planificada, integração política, reajustamento social, organização funcional, e outras semelhantes — que tão freqüentemente servem de subterfúgio para os que não gostam de pensar ou escrever em termos concretos. O que o autor tenta descobrir é até que ponto, e por que mecanismo, as realidades da planificação econômica podem reconciliar-se com a liberdade individual e os processos democráticos. Porque, se aceitarmos o homem como um fim e não como um meio, os direitos individuais devem ter o seu lugar reservado em qualquer esquema lógico de organização social.

O que é preciso, portanto, é um acôrdo geral sôbre objetivos e valores, que venha substituir êsse

conflito de interesses mascarados em princípios. A maior dificuldade da regulamentação administrativa é que nenhuma das partes interessadas concorda claramente com o propósito e o alcance visados. Queremos um govêrno de homens, em vez de um govêrno de leis? A resposta é que estamos caminhando para obtê-lo, independentemente de nossa vontade. Algum dia, sugere o autor, os únicos elementos de uma “lei” serão o preâmbulo e a cláusula que confere autoridade. Se isto está próximo a acontecer, deveríamos providenciar para que os homens cuja autoridade delegada fôsse preencher a lacuna existente entre essas duas cláusulas, conhecessem precisamente aquilo que procurassem fazer, e fôsem competentes para fazê-lo. Tudo isso indica apenas algumas das questões mais elevadas do estudo do Dr. Griffith, — trabalho êsse que se destaca, do princípio ao fim, por uma apresentação metódica e vigorosa.

INDICAÇÕES

STUDIES IN NATIONAL INCOME — A. L.

BOWLEY — Cambridge University Press —

1942 — England — 255 págs.

Este livro é o primeiro a ser editado de uma série de Estudos preparada pelo Instituto Nacional de Pesquisa Econômica e Social. Foi projetado em 1938, tendo sido, então, nomeado um comité de pesquisadores da Escola de Economia de Londres. A princípio, pretendeu-se publicar uma monografia, tão completa e minuciosa quanto possível, a respeito da renda nacional britânica no período de 1924-1938. Mas quando a irrupção da guerra tornou inevitável a demora na realização dêsse objetivo, decidiu-se publicar o livro na forma em que se encontrava, isto é, registrando todas as pesquisas que havia sido possível fazer durante o período de transição. O primeiro capítulo desenvolve uma definição da renda nacional, e compara as diversas definições adotadas pelos melhores escritores no assunto. O segundo capítulo trata de alguns elementos componentes da renda nacional: renda em dinheiro de 1924 a 1938, salários, rendas agrícolas e número de indivíduos

que ganham a vida pelo trabalho. O terceiro capítulo descreve o Censo da Produção e o Índice da Produção relativo ao período de 1924-1938. O capítulo quarto versa minuciosamente sobre novos métodos usados para a mensuração da renda.

THE FINANCE OF LOCAL GOVERNMENT AUTHORITIES — J. H. BURTON — Charles Griffin and Company, Limited — London — 1934 — 289 págs.

Ao preparar este tratado sobre finanças de administração local, procurou o autor cingir-se o mais possível ao seu assunto. Existem muitas obras relativas ao governo local: umas, que abrangem somente aspectos legais e administrativos, e outras, que tratam do mesmo tema apenas sob o ponto de vista contábil. Pouco freqüentes, todavia, são os livros dedicados ao aspecto financeiro, apesar de ser este o que desperta maior interesse em todas as pessoas, contribuintes ou não.

Este livro preenche, pois, uma lacuna existente na bibliografia inglesa sobre assuntos de administração financeira dos governos locais.

A tábua das matérias é a seguinte:

I — Como funcionam nossos governos locais; II — Como são financiadas as repartições de governo local; III — Empréstimos para satisfazer a necessidades de capital; IV — Dívidas e sua liquidação; V — Como são controladas a despesa e a renda; VI — Uma revisão das atividades das repartições de governo local; VII — Alguns assuntos de política; VIII — Planos de aposentadoria; IX — Imposto de renda e repartições locais; X — Subvenções às repartições locais; XI — Assistência Pública; XII — Taxas e lançamento tributário; XIII — Bancos municipais; XIV — As finanças de governo local de Londres e como diferem das de outras províncias; XV — As finanças do governo local na Escócia: — Legislação sobre o desemprego. — Bibliografia.

SOCIAL INSURANCE AND ALLIED SERVICES — Relatório de Sir WILLIAM BEVERIDGE — His Majesty's Stationery Office — London — 299 págs.

Encontra-se no presente volume o original do plano Beveridge apresentado ao Parlamento Bri-

tânico como relatório das atividades do Comité Interdepartamental de Seguro Social e Serviços Congêneres, ao qual coube a tarefa de proceder, com especial referência à coordenação dos planos, a uma investigação de todos os planos nacionais relativos ao seguro social e serviços congêneres, inclusive a remuneração de trabalhadores, e de apresentar, além disso, as necessárias recomendações. O primeiro dever do Comité consistia em investigar, e o segundo, em recomendar. A responsabilidade das recomendações recaiu, mais tarde, exclusivamente na pessoa do presidente do Comité, Sir William Beveridge, porque muitas modificações propostas envolviam questões de alta política e, conseqüentemente, seria inoportuno aos encarregados da realização do inquérito, na sua qualidade de servidores públicos e de representantes dos departamentos, manifestarem sobre elas os seus pontos de vista, exceto na qualidade de consultores técnicos junto ao presidente do Comité.

O relatório compreende as seguintes partes:

I — Introdução e sumário; II — As principais modificações propostas e os seus motivos; III — Três problemas especiais; IV — O orçamento de seguro social; V — Plano para seguro social; VI — Seguro social e política social.

Traz ainda os seguintes anexos: A — Memorandum pelo Atuário do Governo; B — Inquérito sobre os planos existentes; C — Lista de Organizações e indivíduos (com exceção das entidades governamentais) que apresentam comprovação escrita ou oral; D — O problema da garantia industrial; E — Despesas administrativas de várias formas de seguro; F — Algumas comparações com outros países; G — Memoranda de organizações (*impressos separadamente*).

ENGLISH SOCIAL SERVICES — Sir GEORGE NEWMAN — William Collins — London — 1941 — 48 págs.

Notícia do editor:

Os últimos trinta ou quarenta anos presenciaram uma enorme expansão dos Serviços Sociais na Inglaterra, e o cidadão médio daquele país agora usufrue benefícios que teriam parecido utópicos na época vitoriana. Na verdade, a extensão

dos Serviços Sociais não é avaliada pela maioria, convindo, pois, a cada cidadão procurar compreender os inestimáveis privilégios que lhe foram conferidos. Sir George Newman é uma das maiores autoridades do mundo em matéria de Assistência Social e Saúde Pública, tendo sido por muitos anos médico-chefe do Conselho de Educação. Neste livro, Sir George Newman define os serviços sociais como "aqueles que interessam mais às necessidades primárias do ser humano do que ao meio externo e às realizações profissionais ou técnicas". A origem dos serviços sociais ingleses é por êle atribuída "principalmente às tradicionais leis da Inglaterra; e, em parte, aos planos de beneficência das aspirações sociais voluntárias e da boa vontade mútua. E' um misto estranho de regulamentação estatal e de esforço humanitário. Ambos derivam de semelhantes, embora nem sempre idênticas, fontes do coração, espírito e vontade de um povo livre. Ambos possuem instintos e objetivos semelhantes, e adotam métodos democráticos para a sua realização. Ambos se inspiram naquele humanismo que fez da Inglaterra o que ela foi e o que ela é".

Os livros cujas indicações acabamos de fazer foram remetidos à redação desta *Revista* por gentileza do representante do Conselho Britânico nesta Capital, a quem consignamos aqui os nossos agradecimentos.

Além das mencionadas publicações, recebemos ainda do Conselho Britânico as seguintes:

Young Children in War Time — Burlingham & Freud;

Disabled, Enquire Within — C. C. for the C. of Cripples;

The Personal Factor in Accidents;

Octavia Hill — Moberly Bell;

Health Services in Industry — Industrial Welfare Society;

Ministry of Agriculture Memorandum, N° C. S. 2;

Summary Report by the Ministry of Health;

Community Centres — A Survey by Flora & Gordon Stephenson.

Essas publicações acham-se à disposição dos interessados na Biblioteca do D.A.S.P.

MANUAL DOS SERVIDORES DO ESTADO
— 1.º Tomo — Livro do Funcionário —
EDUARDO PINTO PESSOA SOBRINHO — Rio
— 1943.

O autor, que é Técnico de Administração do D.A.S.P., e possuidor de grande experiência em matéria de administração de pessoal, com a publicação do presente volume presta inegavelmente um relevante serviço não só aos funcionários que trabalham no setor de administração de pessoal, como também àqueles que desejam pôr-se rapidamente em contacto com a legislação atualizada sobre o assunto. Este primeiro tomo contém o Estatuto consolidado, com os seus dispositivos interpretados pela jurisprudência e legislação que se lhe seguiram. Para facilidade de consulta o autor organizou um índice geral, remissivo, classificado alfabeticamente por assunto.

SERVIÇO DE INTERCÂMBIO DE CATALOGAÇÃO

COMPRE A CATALOGAÇÃO DE SEUS LIVROS

— NA —

IMPRENSA NACIONAL

TABELA DE PREÇOS

I — Vendas avulsas

FORMA DO PEDIDO DAS FICHAS	A 1.ª FICHA DE CADA TÍTULO	DA 2.ª FICHA DE CADA TÍTULO EM DIANTE
Pelo número.....	Cr\$ 0,30	Cr\$ 0,20
Pelo nome dos autores.....	Cr\$ 0,40	Cr\$ 0,20
Pelo assunto do livro.....	Cr\$ 0,40	Cr\$ 0,20

II — Assinaturas

ESPECIES	ANUAL	SEMESTRAL	SERIE DE 200 FICHAS
Pelo número (tudo que for editado)..	Cr\$ 400,00	Cr\$ 250,00	—
Por autores (à escolha do assinante).	—	—	Cr\$ 50,00
Por assuntos (indicados pelo assinante)	—	—	Cr\$ 70,00

BASES DO S. I. C.

- I — Cada Biblioteca-cooperante fornecerá a catalogação de todo o seu acervo, para que seja impresso e fornecido às demais;
- II — A Imprensa Nacional doará a cada Biblioteca-cooperante 15 fichas gratuitas do livro que houver catalogado;
- III — Cada Biblioteca-cooperante tomará assinatura anual na Imprensa Nacional, bem como cederá seus direitos autorais das fichas dos livros que houver catalogado;
- IV — A Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público fará o trabalho de revisão tipográfica do material catalogado, para fins de uniformização;
- V — Os preços de assinatura entendem-se para uma edição de 2.500 fichas, em 1943, podendo ser tomada em qualquer época com direito ao recebimento das fichas já editadas.

INDEPENDENTEMENTE DE QUALQUER COLABORAÇÃO, TODAS AS BIBLIOTECAS PODERÃO SER ASSINANTES DO S. I. C., ADQUIRINDO NA IMPRENSA NACIONAL, QUASI PELO PREÇO DAS FICHAS EM BRANCO, A CATALOGAÇÃO DE SEUS LIVROS.

A REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO ESTÁ SENDO CATALOGADA ANALITICAMENTE PELO S. I. C.